



A extensão universitária na Ciência da Informação: uma abordagem crítico participativa

Edson Luiz Mendes¹  Marcelo Minghelli²  Cezar Luiz De Mari³ 

RESUMO

Introdução: A sociedade atual vem sendo identificada como Sociedade da Informação. As questões relacionadas à informação e ao seu fluxo são instigadas à sua compreensão e influência social, levando em consideração documentos, conteúdos e assuntos variados, comportamentos diversificados e pessoas usuárias, receptoras e reprodutoras de informação. A universidade tem o papel de contribuir na transformação, capacitação e conscientização social a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão por impactar na formação pessoal e profissional da sociedade, no entanto, a pequena quantidade de publicação na ciência da informação, sobre a extensão universitária na comunidade em situação de vulnerabilidade social, nos provoca a interrogação sobre a relevância social do Programa de Extensão do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. **Objetivo:** Assim, por meio de análise sobre a extensão em ciência da informação, este artigo de pesquisa em andamento, tem o seguinte objetivo: refletir sobre a importância e relevância social da extensão realizada na comunidade em situação de vulnerabilidade social. **Metodologia:** Qualitativa com abordagem crítico interpretativo, em dois momentos distintos e conectados: a pesquisa bibliográfica, nesse estudo, e a pesquisa de campo na coleta de dados. **Resultados:** Evidencia-se a prática de extensão participativa onde, de maneira interdisciplinar e democrática, o distanciamento entre mundo acadêmico e comunidade de periferia, entre conhecimento científico e popular, pode ser menor através da extensão universitária em Ciência da Informação. **Conclusão:** Essas serão confirmadas ou não na conclusão da pesquisa de campo em andamento por meio de entrevistas e análise documental.

PALAVRAS-CHAVE

Extensão universitária. Gestão da informação. Emancipação. Ciência da Informação.

University Extension in Information Science: a critical participatory approach

ABSTRACT

Introduction: The current society has been identified as the Information Society. Questions related to information and its flow are instigated to its understanding and social influence, taking into account documents, varied contents and subjects, diversified behaviors and people who use, receive and reproduce information. The university has the role of contributing to the transformation, training and social awareness from the inseparability between teaching, research and extension by impacting on the personal and professional formation of society,

Correspondência dos autores

¹ Edson Luiz Mendes
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC - Brasil
e-mail: mendesedlu@gmail.com

² Marcelo Minghelli
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC - Brasil
e-mail: marcelo.minghelli@ufsc.br

³ Cezar Luiz De Mari
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa, MG – Brasil
e-mail: cezar.demari@ufv.br

however, the small amount of publication in information science, on the extension university in the community in a situation of social vulnerability, provokes us to question the social relevance of the Extension Program of the Department of Information Science of the Federal University of Santa Catarina. **Objective:** Thus, through an analysis of the extension in information science, this research article in progress, has the following objective: to reflect on the importance and social relevance of the extension carried out in the community in a situation of social vulnerability. **Methodology:** used is qualitative with an interpretive critical approach, in two distinct and connected moments: the bibliographical research, in this study, and the field research in the data collection. **Result:** the practice of participatory extension is evident where, in an interdisciplinary and democratic way, the distance between the academic world and the periphery community, between scientific and popular knowledge, can be reduced through university extension in Information Science. **Conclusion:** These will be confirmed or not at the conclusion of the ongoing field research through interviews and document analysis

KEYWORDS

University extension. Information management. Emancipation. Information Science.

CRedit

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Não aplicável.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceituação: MINGHELLI, M.; MENDES, E. L.; DE MARI, C. L.; Curadoria de Dados: MENDES, E. L.; Análise Formal: MINGHELLI, M.; MENDES, E. L.; DE MARI, C. L.; Investigação: MENDES, E. L.; Metodologia: DE MARI, C. L.; MENDES, E. L.; Administração de Projetos: MINGHELLI, M.; MENDES, E. L.; Supervisão: MINGHELLI, M.; MENDES, E. L.; Validação: MINGHELLI, M.; MENDES, E. L.; DE MARI, C. L.; Visualização: DE MARI, C. L.; MINGHELLI, M.; Redação – rascunho original: MENDES, E. L.; DE MARI, C. L.; MINGHELLI, M.; Redação – revisão & edição: MENDES, E. L.; ; MINGHELLI, M.

| 2

JITA: DD. Academic libraries.



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 06/12/2022 – Aceito em: 20/01/2023 – Publicado em: 08/02/2023

Editor: Gildeinir Carolino Santos

1 INTRODUÇÃO

Contribuir na construção de resoluções para os mais graves problemas sociais das populações brasileiras, através de políticas públicas, formuladas democraticamente e que possibilitem o protagonismo e a emancipação das pessoas, perpassa pela função primária da universidade a partir da conexão entre seus três pilares: ensino, pesquisa e extensão.

O mundo contemporâneo se encontra numa verdadeira Sociedade da Informação; digitalizada, conectada e virtual, caminhando na direção de um mundo cibernético, robotizado e artificialmente inteligente em simulação ao ser humano, no entanto, as comunidades em situação de vulnerabilidade social, são iludidas e manipuladas com o excesso de informações, que atreladas ao mercado neoliberal, são excludentes. Esse processo de transformação cultural, de acordo com Pedro Demo (2000), perpassa pelos meandros capitalistas repletos de competitividade, como forma de controle social, colocando as comunidades empobrecidas em situação de desfavorecimento no acesso às novas tecnologias, embora correspondam aos anseios e necessidades mercadológicas de consumo: “desinformar será, portanto, parte fundamental do processo de informação.” (DEMO, 2000, p. 39).

Diante do apelo pós-moderno para o conhecimento inovador mercantilizado, faz-se necessário o comprometimento científico pela coletividade. O conhecimento científico precisa dialogar com os lugares mais longínquos, discriminados e esquecidos socialmente, em especial por se localizarem nos grandes bolsões urbanos que servem de mão de obra à manutenção da sociedade. De acordo (HARARI, 2018, p. 47), nesta sociedade da informação, "a longo prazo, nenhuma atividade permanecerá totalmente imune à automação. Até mesmo artistas receberão aviso-prévio". A universidade tem papel fundamental na construção, concentração e compartilhamento de conhecimentos através do ensino, pesquisa e extensão. As estratégias para operacionalização do seu papel variam de local para local tendo em vista a liberdade de execução do seu corpo docente, desde que afinadas a qualidade do ensino em sintonia com as necessidades contemporâneas da sociedade; produzindo e sistematizando conhecimentos de maneira crítica, criativa e eficiente proporcionando impacto social; e prestando serviço à comunidade com caráter investigativo, formativo e pedagógico bem distante de um mero assistencialismo. (BRASIL, CNE/07/ 2018).

Diante da sua capacidade e missão em produzir e disseminar conhecimentos, a universidade tem o papel de contribuir na transformação e na capacitação social. A partir da indissociabilidade entre seus três pilares, ensino, pesquisa e extensão, (MINGHELLI, et al, 2021), as atividades do currículo acadêmico impactam na formação pessoal e profissional dos sujeitos envolvidos, tanto no interno quanto no externo do espaço físico universitário, provocando reflexões, construindo conhecimentos e promovendo inclusão social na transformação tecnológica e digital que acontece atualmente. As estratégias de preparação para os avanços científicos e tecnológicos têm nas universidades, importantes aliados, enquanto instituições mediadoras do processo formativo científico e tecnológico. A pesquisa precisa crescer e qualificar-se em âmbito local, nacional e internacional, a fim de contribuir e impactar os desafios emergentes, inclusive o de pensar qual a melhor maneira de realizar a transição para um mundo mais cibernético.

O Artigo 207 da Constituição Federal de 1988 afirma que as universidades devem obedecer ao “princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, sendo que a *dimensão do ensino* se vincula ao processo construtivo e histórico do saber existente - a *dimensão da pesquisa* perpassa pelo processo de concretização e produção de novos conhecimentos - e a *dimensão da extensão* põem em prática a intervenção social enquanto um processo educativo e formador, a partir da demanda social. SOUZA (apud LEITE, 2018).

A relação de conexão entre as três dimensões ao ser efetivada na resolução de demandas sociais, na comunidade externa a universidade, possibilita transformações

significativas àquele território. A função de conectar universidade e sociedade à promoção do conhecimento, não pode confundir-se com assistencialismo, e/ou prestação de serviços, sob a perspectiva da reprodução de determinadas visões mercadológicas e conservadoras. “Apesar do reconhecimento legal da Extensão Universitária, é imprescindível fortalecer a prática de sua curricularização, ainda visto como elemento marginalizado nas universidades,” (FRUTUOSO; SILVA, 2021, p. 1), tendo em vista sua capacidade de chegar com a ciência nos locais mais distantes e vulneráveis da sociedade, dialogando com a cultura local sem discriminá-la, potencializando à formação, à informação e à participação cidadã enquanto sujeitos de direitos e deveres sociais

Nesse sentido, é importante atentar para o desafio da superação destas tendências de extensão com foco apenas em responder a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), produzindo uma relação recíproca com os sujeitos envolvidos, por meio de ações pautadas na Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 que orienta as Diretrizes da extensão para educação superior, conforme alerta Frutuoso; Silva (2021):

Mesmo que a extensão se situe inserida nos pilares das universidades públicas, é fundamental que suas modalidades e eixos sejam fomentadas nos projetos pedagógicos dos seus respectivos cursos, tendo em vista os benefícios de visibilidade, integração e responsabilidade social na tríade universidade, curso e sociedade. (FRUTUOSO; SILVA, 2021, p. 1).

Mesmo com as possibilidades de intervenção social impactante e transformadora nas comunidades externas às universidades, a extensão universitária ainda tem presença inexpressível nas comunidades empobrecidas com grande vulnerabilidade social. Inclusive a Ciência da Informação, que apresenta historicamente, participação significativa com a biblioteconomia e arquivologia, estabelece inoperância - mesmo agora com ascensão das ferramentas tecnológicas, mídias e novas profissões emergindo - por não provocar impactos significativos às comunidades empobrecidas. A veracidade desta afirmação perpassa pela ausência de publicações específicas nas plataformas mais utilizadas para busca de produção científica no Brasil, como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).

Entre os anos de 2017 e 2021 foram publicados apenas onze artigos com temáticas sobre a extensão universitária realizados na comunidade de periferia, por isso, esse estudo tem como foco a extensão universitária realizada em comunidade em situação de vulnerabilidade social, externamente ao espaço físico da universidade. A pequena quantidade de publicação na ciência da informação sobre a temática extensão universitária em comunidade em situação de vulnerabilidade social, provoca a interrogação sobre a relevância social do Programa de Extensão Comunitária do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (CIN/UFSC), intitulado “Programa Cibercidadania”.

Com o objetivo de analisar a produção do conhecimento desenvolvida por meio do programa de extensão Cibercidadania, esse estudo apresenta uma análise sobre a extensão universitária em ciência da informação, e sobre a relevância social deste programa para a sociedade. Para referendar teoricamente a reflexão é dialogado com a literatura sobre as consequências sociais dos meandros desta Sociedade da Informação, como: novas profissões, automação, novas tecnologias midiáticas, Dataísmo etc. a partir da concepção de Yuval Noah Harari, (2018) e Pierre Lévy (2010); e ainda, por tratar de extensão em parceria com educação popular é considerado a reflexão social e metodológica de Paulo Freire (2011 e 2019).

Esse é um estudo aprovado por banca examinadora em julho de 2022, para dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa Dados, Inteligência e Tecnologia, com agendamento de finalização em março de 2023.

1.1 A Extensão Universitária e o Programa Cibercidadania

A organização do processo de educação, historicamente, traz intenções criteriosas e hierárquicas que determinam a profissionalização fragmentada em camadas sociais. As comunidades com grande vulnerabilidade social são vítimas do processo manipulador e criador da cultura da submissão, da baixa estima e entre outros da percepção que o mundo universitário não é um direito, mas sim lugar onde raras pessoas das comunidades empobrecidas podem acessar. Mesmo os projetos mais modernos buscando a superação dessa divisão implantada no decorrer de séculos, ainda reproduzem essa hierarquia, com grande influência no Brasil da sociedade escravista e cultura ibérica. “Essa herança traz um estrato hierarquizado do conhecimento combinado com estratificação das classes sociais.” (MINGHELLI, 2018, p. 161). Atualmente, em tempos de globalização, num período de grande modernidade e avanços tecnológicos, ainda se percebe o processo de articulação para a desigualdade social, sendo fortemente marcada pela exclusão de direitos, estando entre eles a informação e o conhecimento científico acompanhado de acesso às tecnologias. “A questão mais dura refere-se ao processo manipulativo por vezes ostensivo que a sociedade da informação nos impinge.” (DEMO, 2000, p. 39).

Mais que tudo, conhecimento é ambivalente: sempre foi nossa arma mais decisiva da emancipação, mas não o é menos da colonização. O processo atual de globalização aponta para esta direção de modo ostensivo: o que mais se globaliza são formas globalizantes de discriminação. (DEMO, 2000, p. 37).

A universidade tem nas suas premissas uma missão social e política na construção e socialização do conhecimento, buscando constantemente uma autonomia para a efetivação dos rumos necessários ao seu papel enquanto produtora de ciência. Na relação com o Estado acompanha as transformações sociais, políticas e econômicas a partir de seu tripé vocacional de ensino, pesquisa e extensão, onde as dimensões primárias permeiam no ensino e na pesquisa enquanto caráter social. (INCROCCI; ANDRADE, 2018). Olhando para o percurso da extensão universitária no Brasil, percebe-se que desde seus primeiros passos oficiais, no início da década de 1930, seus objetivos estão atrelados à presença na comunidade empobrecida, porém a maioria das experiências de extensão acontecem no interno das universidades.

Consolida-se com a promulgação do Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras e o Decreto n.º 19.851/31, art. 42 (Brasil, 1931), no qual se lê que “a extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário”. (INCROCCI; ANDRADE, 2018, p. 192).

Ao olharmos para a trajetória percorrida pela extensão universitária, percebe-se que opção preferencial e equivocada pela elite fez com que a consolidação da extensão acontecesse paulatinamente até o fortalecimento do movimento estudantil, durante o golpe militar, passando a ser considerada uma ferramenta de envolvimento político da universidade com a sociedade, fazendo com que o estado assumisse as premissas da extensão empregando um caráter assistencialista e propagador de um viés capitalista, emergente na época, efetivado através da política de inovação com ênfase na ciência e tecnologia (C&T), onde o foco estava na produtividade, na competitividade e na excelência controlada por indicadores de performance. Somente na década de 1980, com a mesma temática de inovação, ciência e tecnologia, foi possível a retomada da discussão sobre a extensão universitária, sendo institucionalizada como ferramenta de participação civil na C&T. Com a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão se legitima a necessidade de aproximação, trabalho coletivo e recíproco entre universidades e comunidades, criando-se em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – (FORPROEX). (INCROCCI; ANDRADE, 2018).

Mesmo com as várias experiências com projetos de extensão universitária que procuram a aproximação com as comunidades em situação de vulnerabilidade social, o número de publicações sobre essa temática, na ciência da informação, é reduzido em relação às demais, possibilitando a interrogação: por que a literatura apresenta reduzido número de publicações de experiências empíricas com e na própria comunidade, mesmo com as legislações direcionando para sua efetivação?

Essa exclusão alienante produz a cultura da incapacidade através da desinformação especialmente nas comunidades vulneráveis, que têm acesso limitado à informação, à internet, ao conhecimento científico, a tecnologias para além das necessidades básicas de sobrevivência. A desinformação faz parte da exclusão do mundo informacional e envolve diferentes agendas políticas, econômicas e sociais entre os sujeitos usuários e não usuários da Internet. Cada vez mais se fala na interação pela tecnologia, no afastamento do mundo real fortalecendo o virtual e na alienação da realidade.

O Programa Cibercidadania vem sendo desenvolvido desde o ano de 2017, pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (CIN/UFSC), em parceria com a escola de educação básica Marista Escola Social Lucia Mayvorne - ensino médio, em cumprimento a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, acerca da curricularização da extensão universitária. Através da disciplina Interação Comunitária I e II, com a intenção de aproximar os sujeitos desse território das possibilidades de informatização tecnológica e do conhecimento para acesso ao mundo universitário, acontecem encontros entre estudantes universitário e de ensino médio, por meio de dinâmicas com rodas de conversas, compartilhamento de experiências, oficinas de capacitação e convivências tanto no território escolar quanto no espaço físico da universidade, possibilitando aprendizagens científica, cultural e popular entre todos os envolvidos. (MINGHELLI, M. et al., 2021).

Em 2015, quando se inicia o ensino médio no Marista Escola Social Lucia Mayvorne, na comunidade Monte Serrat, Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis - Santa Catarina, o sonho de mais alto grau profissional, para os estudantes, era de vigilante para homens e auxiliar de enfermagem para as mulheres que pensavam mais “alto”, pois a maioria visualizava apenas os serviços de limpeza. Profissões na área da informação tecnológica não perpassa pelas possibilidades desses, que nascem em comunidade empobrecida; e chegar a uma universidade era concebido somente como um profissional na área de serviços de limpeza, pois, se tratando de direitos trabalhistas e segurança do trabalho era considerado um sonho - que poucos tinham essa sorte.

O Programa de Extensão Universitária Cibercidadania teve seu início em 2017, firmando-se no ano seguinte e vem se reconstruindo diante de uma metodologia participativa causando significativas curiosidades e dúvidas:

- Qual o real impacto na cultura local acerca da percepção profissional enquanto direitos e possibilidades para essa comunidade que está no centro de três campus universitários: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). *Está havendo alguma mudança social?*
- As possibilidades profissionais da área da Ciência da Informação e das Tecnologias estão sendo reconhecidas pelos estudantes do ensino médio?
- Está havendo significado e relevância para a futura atuação profissional dos estudantes universitários participantes na disciplina Interação Comunitária I e II?

Diante das curiosidades, dúvidas e questionamentos, evidencia-se a necessidade de olhar para a literatura e verificar a importância dada à extensão universitária, na ciência da informação, através do debate científico que se apresenta diante das publicações sobre a temática. Faz-se necessário refletir a partir das necessidades contemporâneas, nessa sociedade da informação, e observar/analisar criticamente a relevância social do Programa Cibercidadania enquanto extensão universitária.

2 ABORDAGEM CRÍTICO INTERPRETATIVO

A base do diálogo neste estudo é a curricularização da extensão universitária na ciência da informação, ou seja, é a informação e sua relação com a sociedade. É desenvolvido nesse capítulo a concepção de informação considerada importante para a compreensão deste estudo, a partir da percepção de estudiosos que trataram especificamente sobre a informação com seu significado e importância social. Como referência bibliográfica à reflexão analítica qualitativa é realizado o diálogo com três pensadores contemporâneos: Yuval Noah Harari, Pierre Lévy e Paulo Freire.

O problema abordado na temática da extensão perpassa pela realidade que se encontram as comunidades em situação de vulnerabilidade social e do quanto o conhecimento científico e tecnológico da informação pode impactar através da extensão universitária, com possibilidade de alterações culturais e social. A observação da vivência realizada pelo Programa Cibercidadania, suas influências e consequências, comparando com o relato dos sujeitos que passaram pela experiência, são dados significativos para todos os envolvidos no processo: universidade, escola, estudantes e sociedade.

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de que a ele se adapta, mas a de que nele se insere. (FREIRE, 2011, p. 53).

Para Lévy (2010), no final do século XX são criadas novas formas de pensar e de conviver, a partir das telecomunicações e da informática, transformando as relações humanas e a vida social. A sociedade atual vem sendo identificada como “sociedade da informação”. Esse reconhecimento confirmou-se com o surgimento da tecnologia da informação tornando-se expressiva, diante de sua natureza digital e ocupando lugar de destaque no desenvolvimento econômico em performance política com o capital, o trabalho e seus insumos a partir do seu, cada vez mais constante, impacto global. “As novas tecnologias de comunicação (microinformática, redes telemáticas) vão ampliar esse mediaspace” (LÉVY, 2010, p. 59). Mesmo com a informação de que a humanidade estaria no caminho da igualdade, com a globalização e a internet, a sociedade do século XXI, pode tornar-se na mais desigual da história, diante da rapidez que vem expandindo-se o ciberespaço, enquanto sistema de comunicação. “O ciberespaço permite uma liberdade de expressão e de comunicação em escala planetária absolutamente sem precedente.” (LÉVY, 2010, p. 52).

No século XX, os *mídia* audiovisuais de massa criam o novo espaço de circulação da palavra pública, de engendramento da opinião através da constituição de um “*mediaspace*”, lugar de produção posterior de simulacro e de espetacularização da sociedade. O controle da emissão (função social do jornalismo na definição daquilo que é de interesse público) é fundamental para a emergência da noção moderna de cidadania. (LÉVY, 2010, p. 59).

É inevitável reconhecer que na sociedade da informação há uma veneração pelos dados, denominado Dataísmo. O Dataísmo define o universo como um fluxo de dados e o valor de qualquer fenômeno ou entidade é determinado por sua contribuição ao processamento de dados. O Dataísmo vê o ser humano como uma composição de organismos orgânicos, sensações e emoções, definidas como algoritmos. Um algoritmo é um conjunto metódico de passos que pode ser usado na realização de cálculos, na resolução de problemas e na tomada de decisões. Considera o ser humano incapaz de refinar dados para obter informação, conhecimento ou sabedoria, concebe a humanidade como funcional e a partir do momento em que se desenvolve algoritmo com maior eficiência, na mesma função, as experiências humanas perderão seu valor e serão substituídas. Será possível substituir motoristas, advogados, poetas, músicos, entre

outros, por programas de computador; a experiência humana e subjetiva, poderá ser descartada. (HARARI, 2018).

O progresso científico junto ao desenvolvimento econômico alimenta a perseguição pelo poder. O poder está na velocidade de processamento de dados. Quem conseguir construir ou controlar estruturas mais eficientes no processamento de dados, terá o poder, sendo humano ou não. Há quem acredite que em até 20 anos bilhões de pessoas serão irrelevantes para o mercado de trabalho, pois, a máquina e a robótica mudarão de maneira significativa as profissões existentes atualmente e a maioria das pessoas trabalhadoras, no mundo, não tem ideia de como será o mercado de trabalho em 2050. (HARARI, 2018).

Certamente a globalização beneficiou grandes segmentos da humanidade, mas há sinais de uma crescente desigualdade, entre e dentro das sociedades. Alguns grupos monopolizam cada vez mais os frutos da globalização, enquanto bilhões são deixados para trás. (HARARI, 2018, p. 104).

Desde já é preciso ir além da constatação da possibilidade de pessoas trabalhadoras serem consideradas irrelevantes ao mercado de trabalho e pensar em investimentos na preparação das pessoas para as possibilidades de mudanças que estão previstas. A extensão universitária deve ser atuante na formação, capacitação e conscientização social.

A experiência do programa Cibercidadania pode fomentar outras ações transformadoras. As estratégias de preparação para os avanços sociais precisam passar, também, pelas universidades, enquanto formadoras de cidadãos. A pesquisa precisa crescer e qualificar-se, a fim de contribuir e impactar os novos desafios que virão, ciente que o poder maior está no controle de dados que “vão suplantar tanto a terra quanto a maquinaria como o ativo mais importante, e a política será o esforço por controlar o fluxo de dados”. (HARARI, 2018, p. 107).

É provável que o dogma dadaísta seja o desafio e o projeto político e econômico do século XXI. Mesmo que o Dataísmo esteja equivocado, poderá tomar conta do mundo, pois se dissemina por todas as disciplinas científicas e promete aspirações humanas. (HARARI, 2018). Em prol do espaço midiático os espaços públicos que promovem o encontro entre as pessoas, como: praças, ruas, cafés, estão enfraquecendo enquanto se aumenta a publicização midiática do espaço privado.

Ainda assim, é possível uma nova esfera pública mundial permeada por uma cidadania planetária com novos dispositivos de comunicação que utilizam de práticas colaborativas e comunicacionais, que possibilite maior controle e intervenção em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, porém é necessário a conscientização para o uso da informação, (LÉVY, 2010), e aqui está, como ferramenta educacional, a extensão universitária na comunidade em situação de vulnerabilidade social.

A partir do computador ou do smartphone conectado à internet, temos hoje a escolha entre todas as rádios, todas as televisões, todos os jornais disponíveis no formato massivo. Mas não só. Temos também a potência das mídias independentes como blogs, wikis, podcast, microblogs, softwares sociais que oferecem informações para além da transposição das mídias de massa. Essas novas ferramentas têm um papel político importante, pois surgem e se desenvolvem da e por processos de baixo para cima, em conversação e colaboração. (LÉVY, 2010, p. 76).

A experiência do programa Cibercidadania, enquanto ação social de cunho político participativa construída mediante escuta e intervenção dos sujeitos durante o processo da vivência realizada, onde a reflexão sobre si e sobre o mundo, possibilitam a correlação com a sua realidade, demonstram as situações de aprendizagens e ampliam o campo de percepção entre o antes e o agora. De acordo com Paulo Freire (2022), o processo de desvelamento da realidade social de opressão possibilita a superação de mitos e crenças impostos socialmente,

oportunizando que os sujeitos tenham uma reação de posicionamento consciente na transformação de sua realidade, em favor do bem comum.

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. (FREIRE, 2011, p. 96).

A extensão universitária consegue chegar com a ciência nos locais mais distantes e vulneráveis da sociedade, dialogando com a cultura local sem discriminá-la, mas sim construindo conhecimentos de maneira democrática, participativa, emancipadora, e respeitadora, conforme o alerta Paulo Freire: "ninguém, numa perspectiva democrática, deveria ensinar o que sabe sem, de um lado, saber o que já sabem e em que nível sabem aqueles e aquelas a quem vai ensinar o que sabe". (FREIRE, 2011, p. 131). Nesse sentido esse estudo utiliza a metodologia qualitativa para observar, analisar e registrar sistematicamente as evidências apresentadas durante o período de pesquisa.

3 METODOLOGIA

Visando o caminho mais adequado para alcançar os objetivos propostos, esse estudo é de cunho qualitativo e tem como base outras experiências já realizadas; não se inicia do zero. Busca a compreensão e interpretação dos fatos no contexto atual, a partir do território com o qual acontecem as inter-relações com os sujeitos. “Mesmo que exploratória, isto é, de avaliação de uma situação concreta desconhecida, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida.” (MARCONI; LAKATOS, 2021, p. 113).

A metodologia qualitativa:

Busca a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados, tornando-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador.

A abordagem qualitativa defende uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. (ANDRÉ; GATTI, 2008, p. 03).

A pesquisa qualitativa possui os princípios da fenomenologia, caracterizando metodologia qualitativa com abordagem crítico interpretativo no desenvolvimento deste estudo, com “especial atenção ao mundo do sujeito e aos significados por ele atribuídos às suas experiências cotidianas, às interações sociais que possibilitam compreender e interpretar a realidade, aos conhecimentos tácitos e às práticas cotidianas que forjam as condutas dos atores sociais”. (ANDRÉ; GATTI, 2008, p. 3).

Por meio de abordagem crítico interpretativo com procedimentos reflexivos e sistemático na descoberta de dados, relações e fatos, diante de tratamento científico que permita encontrar respostas a temática da extensão universitária em ciência da informação, a partir do Programa Cibercidadania, é utilizado a pesquisa bibliográfica qualitativa com abordagem crítico interpretativo, evidenciando a importância dada à temática da extensão universitária na comunidade em situação de vulnerabilidade social, e a pesquisa de campo com investigação empírica e abordagem qualitativa por meio da análise documental escolar e, entrevistas informal com estudantes e docentes envolvidos no programa Cibercidadania.

“É com base nesses pressupostos que se configura a nova abordagem de pesquisa,

chamada de qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativista de ciência, que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente.” (ANDRÉ; GATTI, 2008, p. 3),

A coleta de dados é fase fundamental, “muito mais que procurar verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando procedimentos científicos”. (MARCONI E LAKATOS, 2021, p. 31).

2.1 Coleta de dados

A coleta de dados acontece em três momentos distintos, a fim de compreender, analisar e diagnosticar com maior veracidade a relevância e importância da extensão universitária em comunidade externa a universidade:

- a. levantamento de publicações nas bases de dados BRAPCI;
- b. diagnóstico escolar sobre os estudantes de ensino médio;
- c. entrevistas com estudantes participantes do Programa Cibercidadania,

Quadro 1. Coleta de Dados

ONDE	O QUE	COMO
A. BRAPCI (Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação)	Mapeamento da quantidade de publicações sobre a extensão universitária entre 2017 e 2021, considerando: <ul style="list-style-type: none"> • temáticas • áreas afins • local de realização. 	Descritores: <ul style="list-style-type: none"> • extensão universitária • projeto extensionista • extensão universitária comunitária.
B. Documentos Escolares no Marista Escola Social Lucia Mayvorne	Diagnóstico dos dados quantitativos de: <ul style="list-style-type: none"> • estudantes concluintes • estudantes inscritos em Enem e vestibulares • estudantes com acesso ao ensino superior • estudante com acesso a cursos técnicos • manifestações de sonhos profissionais (2017/18) e (2020/21). 	Levantar informações em: <ul style="list-style-type: none"> • Ata conselho de classe • Relatório pedagógico anual • Relatório social anual • Projeto político pedagógico • Outros que a escola julgar pertinente.
3. Entrevistas com Estudantes	Averiguar status real dos estudantes que participaram no Programa Cibercidadania: <ul style="list-style-type: none"> • dez estudantes com acesso ao ensino superior; • dez estudantes com acesso a cursos profissionalizantes e/ou ao mercado de trabalho 	Por meio de Círculo epistemológico em encontro único com três momentos distintos: <ul style="list-style-type: none"> • grande roda • pequenos grupos • individual.

Fonte: criada pelo autor (2022)

Com o objetivo de qualificar a análise da produção de conhecimento desenvolvida pelo Programa Cibercidadania, é incluído informações complementares através de entrevista semiestruturada com sujeitos envolvidos no programa, entre os anos de 2017 e 2021.

Quadro 2. Coleta de Dados Complementares

Informações Complementares	O QUE	COMO
	Entrevista com envolvidos no Programa Cibercidadania <ul style="list-style-type: none"> • Estudantes universitários monitores • Coordenação do Programa Cibercidadania • Direção do Marista Escola Social Lucia Mayvorne • Docente do Marista Escola Social Lucia Mayvorne 	Através de entrevista semiestruturada com agendamento presencial ou virtual.

Fonte: criada pelo autor (2022)

Quadro 3. Cronograma

Quando	O que	Onde/Como
SET/2022	Coletar dados quantitativos de publicações sobre a extensão universitária nas comunidades em situação vulnerabilidade social.	Nas Plataformas BRAPCI
OUT/2022	Coletar dados quantitativos em relação aos estudantes de ensino médio que frequentaram a escola durante os anos de 2017 a 2021.	Documentos escolares: Projeto Político Pedagógico e Relatórios.
NOV/2022	Diagnosticar qualitativamente, o status atual dos estudantes que participaram no Programa Cibercidadania entre os anos de 2017 e 2021, a partir de representatividade.	Entrevistas com estudantes da escola
DEZ/2022	Análise qualitativa dos dados.	Análise teórico prática
JAN/2022	Cruzamento de dados e Sistematização.	Análise dos resultados e sistematização
FEV/2023	Escrita da dissertação	1ºCap= análise da literatura 2ºCap= a Ciência da Informação e a extensão 3ºCap= círculo epistemológico: resultados
MAR/2023	Apresentação da Dissertação	Defesa

Fonte: Criado pelo autor (2022)

4 RESULTADOS

A extensão pode possibilitar a inter-relação com a sociedade através da interação dialógica enquanto uma via de mão dupla: através do resgate da autonomia no seu papel enquanto sujeito da/na história de seu território e da sociedade; na capacitação para participação enquanto cidadão de direitos e deveres; com eventos e campanhas sobre direitos humanos e desenvolvimento da sociedade; através da iniciação científica e tecnológica para intervenção e participação nos fenômenos sociais; com formação de professores e educadores, entre outros. (FORPROEX, 2012).

Com a extensão universitária é possível a mediação entre conhecimento científico e conhecimento popular numa verdadeira integração que favorece a problematização de certezas já estabelecidas e construção de novos saberes, aderindo ao fenômeno da epistemologia-pragmática entre universidade e sociedade, com possibilidades de resultados com grande impacto transformador na realidade social e no mundo universitário da produção científica, conforme aponta os objetivos 1, 3 e 7 do Plano Nacional de Extensão Universitária referente a “solução de problemas”; as “relações transdisciplinares entre universidade e sociedade”; e a “ampliação do acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social”. (FORPROEX, 2012, p. 9). As ações de extensão universitária se caracterizam pela intervenção na comunidade

de maneira democrática e participativa na busca da emancipação das pessoas, por meio de projetos interdisciplinares de organização comunitária.

A transformação da Extensão Universitária em um instrumento efetivo de mudança da universidade e da sociedade, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha *pari passu* com o enfrentamento desses desafios e a busca das novas oportunidades que se descortinam no contexto internacional e na realidade brasileira. (FORPROEX, 2012, p. 18).

A própria Ciência da Informação, por enquanto, apresenta poucas ações voltadas à extensão universitária comunitária, embora sua capacidade de atuação seja gigantesca, em especial nesses tempos de Sociedade da Informação. Entre os anos de 2017 e 2021 foram publicados vários artigos na plataforma BRAPCI, - referência nacional na Ciência da Informação – e desses apenas algumas dezenas possuem a temática da extensão universitária, sendo sua maioria realizados no interior das universidades. Frutuoso e Silva (2021), apontam para a necessidade de presença da extensão nos cursos para a efetivação da responsabilidade social da tríade “universidade, curso e sociedade”, desmascarando o atual esquecimento da ação universitária com o a camada social mais excluída, em especial no atual momento transitório que a sociedade se encontra.

As publicações desenvolvidas como extensão universitária realizadas nas dependências das universidades, são de extrema necessidade e importância para a sociedade, porém deve ser ampliado em quantidade e área de atuação, levando em consideração a atual Sociedade da Informação que nos encontramos, onde os direcionamentos apontam para uma atualização e surgimento de inúmeras novas funções para a manutenção e convivência da sociedade. Para Harari (2018), a sociedade poderá chegar no ano de 2050, com milhares de pessoas sendo descartadas no mercado de trabalho, diante da transformação do sistema econômico, por não terem sido preparadas para as novas necessidades de trabalho que estão surgindo.

Alguns creem que dentro de uma ou duas décadas bilhões de pessoas serão economicamente redundantes. Outros sustentam que mesmo no longo prazo a automação continuará a gerar novos empregos e maior prosperidade para todos. (HARARI, 2018, p. 40).

A extensão universitária tem a capacidade de acessar os locais mais distantes e vulneráveis da sociedade, dialogando com a cultura local e provocando à emancipação e potencializando pessoas para a participação cidadã enquanto sujeito de direitos e deveres. A Base comprobatória da pequena quantidade de publicações sobre extensão universitária no interno das comunidades em situação de vulnerabilidade social, na área da Ciência da Informação, revela a necessidade de ampliação e divulgação dos estudos acerca da importância da atuação da extensão.

Para a sociedade, pode ser mais uma ferramenta utilizada para enfrentar a exclusão social e fortalecer as comunidades, através de conhecimentos. A universidade além de oferecer os cursos já existentes em seus currículos pode acessar as comunidades desprovidas de vários direitos sociais através da extensão universitária. E a Ciência da Informação é uma ferramenta crucial nesse momento de transição.

Diante da aptidão transdisciplinar da Ciência da Informação, sua abrangência é gigantesca e impactante, ou seja, transformadora. O acesso à informação a partir de uma área que é fundamental para essa Sociedade da Informação, que se encontra em ascensão, é essencial para as camadas sociais privadas de direitos fundamentais como o acesso à verdadeira informação. Para as pessoas dessa comunidade a concretização de sonhos na profissionalização de nível superior e na área de tecnologias, se torna mais próxima.

Por tratar de ação social de cunho político participativa construída mediante escuta e intervenção dos sujeitos durante o processo da vivência realizada, onde a reflexão sobre si e sobre o mundo, possibilitam a correlação com a sua realidade, demonstram as situações de aprendizagens e ampliam o campo de percepção entre o antes e o agora. “Nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade. E há também uma nota presente de criticidade.” (FREIRE, 2022, p. 56). Assim, o processo de desvelamento da sua realidade possibilita a superação de mitos e crenças impostos socialmente, oportunizando o posicionamento consciente à transformação de sua realidade, e em favor do bem comum. Articulação entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, através de uma relação de igualdade de direitos e deveres, promovem um processo educativo cultural e científico, que chegando à conscientização viabiliza a transformação do território e da sociedade, incluindo o próprio mundo acadêmico.

A conexão que se estabelece entre esses dois pólos é uma relação de trocas, em que a universidade [...] oferece subsídios para um desenvolvimento intelectual dos sujeitos, [...] a comunidade contribui com seus valores e cultura. (JESUS; GOMES, 2021, p. 03).

É importante considerar que a extensão universitária faz parte de um sistema engendrado por burocracias que tendem a limitar sua atuação e a ampliação, inviabilizando transformações sociais significativas. Contudo, essa estrutura não é fixa, e sim dinâmica, movimentando-se historicamente a partir de discussões, debates e diálogos realizados com a participação da universidade, do Estado, da comunidade e de vários setores da sociedade civil.

Entre as várias experiências com projetos de extensão universitária que procuram a aproximação com as comunidades de periferias, uma delas é desenvolvida pelo CIN/UFSC, com a intenção de aproximar os sujeitos desse território das possibilidades de informatização tecnológica e do conhecimento para o acesso ao mundo universitário, desmistificando para essas populações a impossibilidade de sonhar para além de serviços subalternos.

O Programa de Extensão Cibercidadania, inicia com ações pré-determinadas e sem o diálogo com a comunidade. Porém, por utilizar de metodologia qualitativa, com estratégia participativa e democrática de construção coletiva, escuta a comunidade e redesenha seu percurso para três focos de ação: estimular os educandos do Ensino Médio a ingressarem no Ensino Superior; disponibilizar conteúdo para estudos por meio de uma plataforma virtual; ultrapassar os limites dos muros da escola através da possibilidade de empreendedorismo. (MINGHELLI, M. et al., 2021).

De maneira interdisciplinar e participativa o distanciamento existente entre mundo acadêmico e comunidade de periferia, entre conhecimento científico e senso comum, pode ser menor através da Ciência da Informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços tecnológicos caracterizam uma Sociedade da Informação voltada tanto para a emancipação de sujeitos como para a manipulação que sustente interesses individualizados, fazendo-se cada vez mais necessária “contra toda a força do discurso fatalista neoliberal, pragmático e reacionário, insisto hoje, sem desvios idealistas, na necessidade de conscientização.” (FREIRE, 2011, p 54). Em pleno século XXI ressurgem, com força, ações antidemocráticas que excluem direitos, fazendo-nos refletir sobre a necessidade de fortalecimento das intervenções pedagógicas utilizadas nos espaços educacionais.

A extensão universitária está entre as possibilidades de intervenção para a tomada de consciência voltada à participação cidadã, desmistificando para as comunidades em situação de vulnerabilidade social, a impossibilidade de ruptura da situação social que se encontram,

conforme alerta Freire de que “às maiorias, em dificuldades até de sobreviver, se diz que a realidade é assim mesma, que fome é uma fatalidade”, (FREIRE, 2011, p. 99), e que a universidade, especialmente pública, é para pouquíssimos. A simples ação de oportunizar acessos com qualidade diminui várias barreiras. A frequência processual de oportunidades, de acessos e de possibilidades em conhecer o diferente, no seu interior, pode desconstruir o senso comum e gerar o rompimento de muitos apartheids culturais que muitas vezes não se entende, apenas se reconhece e repassa de geração para geração.

A organização do processo de educação historicamente traz intenções criteriosas e hierárquicas que determinam a profissionalização fragmentada em camadas sociais. Mesmo os projetos mais modernos buscando a superação dessa divisão implantada no decorrer de séculos, com grande influência, no Brasil, da “sociedade escravista e cultura ibérica”, permeiam por essa herança que reforça a hierarquização do conhecimento estratificado em classes sociais. (MINGHELLI, 2018). A aquisição, construção e socialização de conhecimento científico sempre foi a arma mais decisiva para a emancipação humanitária, mas também pode ser colonizadora. O processo atual de globalização da informação aponta para esta direção, diante das formas globalizantes de discriminação ao omitir, negar e até transcrever uma informação científica. A desigualdade social é fortemente marcada pela exclusão de direitos, estando entre eles a informação, o conhecimento científico, e o acesso às tecnologias. (DEMO, 2000).

A exclusão do mundo informacional perpassa pela ambiguidade emancipatória, evidenciadas nesta sociedade da informação, que envolve diferentes agendas políticas, econômicas e sociais entre os sujeitos usuários e não usuários da Internet. “O mundo tornou-se uma “pequena aldeia”, não tanto porque nos vemos e comunicamos mais facilmente, mas porque as linhas de força se fizeram tanto mais convergentes”. (DEMO, 2000, p. 38). Cada vez mais se fala na interação pela tecnologia, no afastamento do mundo real fortalecendo o virtual e na alienação da realidade. Essa exclusão alienante produz a cultura da incapacidade através da desinformação especialmente nas comunidades em situação de vulnerabilidade social, que tem acesso limitado à informação, à internet, ao conhecimento científico, a tecnologias para além das necessidades básicas de sobrevivência; são vítimas do processo manipulador e criador da cultura da submissão, da baixa estima e entre outros da percepção que o mundo universitário não é um direito, mas sim lugar onde raras exceções das comunidades empobrecidas podem acessar.

A conectividade em rede e com a inteligência artificial pode reduzir a taxa de mortalidade, de criminalidade e conseqüentemente até de desigualdades sociais se o produto-final estiver pautado em interesses humanitários e de sustentabilidade planetária; sem objetivos econômicos em busca de poder e controle social, pois “se esse sistema comete um erro, os resultados podem ser catastróficos”, ao atingir de maneira instantânea, todo o mundo. (HARARI, 2018, p. 45). A atenção maior não está voltada para os seres humanos e a sustentabilidade planetária, mas sim para a manutenção das diferenças sociais.

É necessário que cada área reconheça seu objeto específico na informação; trata-se da “identidade disciplinar como condição para o diálogo efetivo com outras disciplinas”, (KOBASHI; TÁLAMO 2003, p. 17), esclarecendo sua interpretação para além da mecânica funcionalista e suas indecisões. Cada vez mais “a informação, sua natureza, propriedades, produção, circulação e consumo, seja ela massiva ou direcionada para grupos específicos, vem se transformando em objeto de estudo de diversas disciplinas”, (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 10), e diante de sua complexidade exigindo uma elaboração conceitual que possibilite alternativas sociopolítica-econômicas para a sociedade contemporânea do século em que adentramos.

Há várias experiências com projetos de extensão universitária que procuram a aproximação com as comunidades em situação de vulnerabilidade social, através da “interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto

social”, (CNE/Nº7/2018, Art. 5º, §I), na busca de diminuir esse hiato. Uma delas tem sido desenvolvida pelo CIN/UFSC na comunidade em situação de vulnerabilidade social denominada Monte Serrat, localizada no Maciço do Morro da Cruz, na região central de Florianópolis, Santa Catarina: o programa Cibercidadania.

O Programa tem seu início com ações organizadas pela equipe da universidade e sem a participação da comunidade, porém ao escutá-la redesenha seu percurso. Para o CIN/UFSC evidencia-se a prática de extensão participativa, onde de maneira interdisciplinar e democrática, o distanciamento existente entre mundo acadêmico e comunidade de periferia, entre conhecimento científico e conhecimento popular, pode ser menor através da Ciência da Informação, proporcionando impacto social significativo para a diminuição da desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.; GATTI, B A. Métodos qualitativos de pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução. **Universidade de Brasília**, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3IbsTWw>. Acesso em: 5 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 169 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 maio 2022.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ministério da Educação, Brasília, 2018. 4 p. Disponível em: <https://bit.ly/3RHVKoq>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Extensão Universitária: organização e sistematização. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. 66 p.

COELHO, E. P.; DE MARI, C. L. Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem interdisciplinar. **Revista Educação Online PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 39-53, ago./dez. 2013. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/51>. Acesso em: 20 maio 2022

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2007. 248 p. (Tradução Luciana de Oliveira da Rocha). ISBN 9788536308920.

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/issue/view/70>. Acesso em 29 maio 2022.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 192 p. ISBN9788577534234

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 144 p. ISBN 9788577531639.

FRUTUOSO, A. M. R.; SILVA, J. L. C. Extensão universitária como prática de mediação: o projeto nas entrelinhas da arte na interação entre a universidade federal do cariri e a escola de

ensino médio José Bezerra de Menezes em Juazeiro do Norte. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-23, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/161951>. Acesso em: 8 ago. 2021.

HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 441 p. (Tradução Paulo Geiger). ISBN 9788535930917.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 443 p. (Tradução Paulo Geiger). ISBN 9788535928198.

INCROCCI, L. M. M. C.; ANDRADE, T. H. N. de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Sociedade e Estado** [on line], Brasília, v. 33, n. 1, p. 187-212, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301008>. Acesso em: 16 mar. 2022.

JESUS, I. P. de; GOMES, H. F. A mediação da leitura nas práticas extensionistas: o relato da experiência do projeto lapidar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-19, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/161971>. Acesso em: 8 ago. 2021.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, Edição Especial, p. 7-21, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v15nspe/01.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

LEITE, Â. R. L.; BORGES, L. C.; SANTOS, L. G. da S. A produção do conhecimento de grupos de pesquisa do curso de hotelaria - UFMA no âmbito da extensão universitária. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 17, n. 2, p. 15-25, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/126413>. Acesso em: 18 mar. 2022.

LEMO, A.; LÉVY P. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010. 258 p. (Coleção Comunicação). ISBN 9788534931816.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia em trabalhos científicos: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 244 p. ISBN 9788597026535.

MINGHELLI, M. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um futuro incerto. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 157-165, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p157>. Acesso em: 1 fev. 2022.

MINGHELLI, M. *et al.* Tão, tão distante: a extensão universitária e a (ir)relevância das periferias. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 12, n.1, 113-124, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/11659>. Acesso em: 1 fev. 2022.

RAMALHO, R. R. Modelo analítico da pedagogia do oprimido: sistematização do método Paulo Freire. **Revista Brasileira de Educação**, [online], Rio de Janeiro, v. 27, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/br7NczPCHrxYzQkfWCQryQH>. Acesso em: 20 maio 2022.

STAMATO, M. I. C. Extensão Comunitária: o protagonismo do estudante universitário na formação interdisciplinar. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL; PBL, 2010, São Paulo. **Anais do PBL**, São Paulo. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/pbl2010/trabs/trabalhos/TC0514-1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

TOMÁS, E. D. **Antigos e novos olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz**: de não território a território do Pac-Florianópolis, 2012. (Tese: Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2012.

VALENTIM, M. L. P. **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. 176 p. (Organizadora). (Coleção palavra-chave 16). ISBN 8572280219.

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187/0>. Acesso em: 25 fev. 2022.